

Sempre aparece alguém para estragar a festa



AS AVES DE MAU AGOURO

Os pobres com seus gritos acabam estragando a festa dos ricos. Esta era a reflexão feita pelo sultão de Hyderabad, um estado no centro do subcontinente indiano. O sultão era famoso por suas festas. Promovendo verdadeiras orgias, o sultão convidava dignitários locais ou do estrangeiro para festas que duravam muitos dias. Muito animado, mandava que seus súditos servissem de brinquedo para os convidados. Variando muito nos jogos e nas diversões, o sultão costumava soltar tigres famintos no encalço de seus súditos, para deleite dos convidados. No entanto, cada vez que um destes súditos gritava por socorro, o sultão reclamava: "Por que será que sempre tem alguém que grita por socorro no melhor da festa?"

Não sei se o sultão morreu sem encontrar uma resposta para sua pergunta. Aqui, nesta reflexão bíblica sobre o grito do pobre em defesa da vida, gostaria de aprofundar esta questão: por que o pobre, diante dos melhores planos econômicos, teima em gritar por socorro, defendendo a sua vida?

Vamos partir da realidade. México, América Latina, meados de 1993. Surge o Nafta. Um gigantesco bloco econômico em torno da maior economia do planeta. O presidente do México é saudado por toda a imprensa mundial como um líder capaz de colocar os atrasados países da América Latina no Primeiro Mundo. O presidente do México é apontado como exemplo pelos dirigentes americanos quando lá vai bater o candidato brasileiro à presidência pelo Partido dos Trabalhadores. "O caminho para o Primeiro Mundo – dizem eles – é o caminho aberto pelo México".

No entanto, no final daquele ano de 1993 e inícios de 1994, um grupo de camponeses índios do estado de Chiapas promove uma inesperada rebelião. O grito dos índios surgia como um alerta, indicando que nem tudo no México era como se dizia. Este grito dos indígenas revelou um México que a imprensa internacional não mostrava ou teimava em esconder. Gritando por vida, os

camponeses defendem seus direitos e estragam a festa da elite mexicana. Em dezembro do mesmo ano, após o assassinato de um candidato à presidência, o México entrava em concordata. A capital de Chiapas é a cidade de São Cristóbal de Las Casas. Por lá passou Bartolomeu de Las Casas, na época da Conquista.

O DIREITO E A DENÚNCIA

Segundo a Bíblia, há três mecanismos que permitem ao pobre fazer valer o seu grito, defendendo sua vida. Em primeiro lugar temos o “Direito do Pobre”. São textos legais que se encontram espalhados pelos livros do Pentateuco, principalmente no Código da Aliança e no livro do Deuteronômio (Ex 20,22–23,19; Lv 25; Dt 5,1-21; 15,1-18; 23,16-26; 24,5–25,4).

Outra maneira de o pobre ampliar seu grito é a denúncia profética. O profeta ou a profetisa dão um rosto ao empobrecido que assumiu a luta em defesa da vida. Muitos reis encontraram firme resistência na figura de profetas como Amós, Oséias, Miquéias e Jeremias. A mesma luta está presente em novelas como Rute e Judite.

O conflito paradigmático entre rei e profeta é o que coloca frente a frente Acabe e Elias (1Rs 18–21). O plano econômico de Acabe para Israel era muito bom. Atrélava a produção agrícola de Israel à rede comercial mundial, dominada pela cidade de Tiro. Os produtos israelitas eram drenados para a nova capital, Samaria. No centro da cidade, um quarteirão inteiro pertencia aos comerciantes fenícios. No centro do bazar havia um templo dedicado à divindade principal dos fenícios: o Baal de Melcart (cf. 1Rs 16,32). Estes comerciantes levavam os produtos israelitas para Tiro através de uma grande rede de transporte em carros e em navios. No sentido inverso, da Fenícia vinham artigos importados de puro luxo, tais como sabão, vidros transparentes, metais nobres, tecidos de púrpura, cal para as cisternas etc. Aos olhos dos conselheiros do rei, somente um estúpido “dinossauro” teria coragem de gritar contra este belo sistema neoliberal onde o Mercado regia as trocas e o Estado garantia a plena liberdade de comércio.

Para estragar a festa de Acabe, surge o grito teimoso do pobre na figura de Elias. Num encontro com o profeta, Acabe perde a paciência diante da pregação retrógrada de Elias contra a liberdade de mercado e o chama de “ave de mau agouro” (1Rs 18,17). Para quem planeja tudo economicamente, qualquer opositor demonstra ser uma ave de mau agouro, um urubu azarento que quer romper o frágil e delicado equilíbrio econômico, desejando que o país caia na ruína, abandonando o relacionamento comercial internacional.

Creio que já conhecemos muitos estudos aprofundando estes dois mecanismos de denúncia: as leis em defesa do pobre e a denúncia profética. Aqui neste artigo gostaria de explorar um pouco um terceiro caminho que amplia o grito do pobre em defesa de sua vida ameaçada pelos planos econômicos dos grandes. Este caminho é a reflexão sapiencial.

OS SÁBIOS BUSCAM ENTENDER OS MECANISMOS

Entre os vários trechos sapienciais escolhi três. Um de Jó, outro do Coélet e um terceiro de Sirac. O que os três têm em comum? Talvez o fato de serem reflexões dentro de uma época em que a Judéia, tendo perdido sua independência política, nada mais é do que uma colônia de um grande império estrangeiro. Jó está dentro da época persa (539-333 aC), Coélet é um testemunho da Judéia sob a dominação dos macedônicos de Alexandria (301-200 aC) e Sirac é da época em que os macedônicos de Antioquia iniciam a helenização sistemática de Judá (200-167 aC). Assim, os três textos mostram como os mecanismos de dominação são mais intrincados, associando elite nacional com comércio internacional, através de uma política de alianças com os dominadores a partir do Templo.

O ponto de partida dos sábios é a pobreza do povo. Mas os objetivos de suas reflexões é buscar entender os mecanismos que geram esta pobreza. Assim, elaboram reflexões em que demonstram uma aguda percepção das questões sociais. Estas reflexões desembocam em críticas pertinentes. A observação dos fatos concretos é o ponto de partida de qualquer reflexão sapiencial. Mas o agudo senso de observação social de um sábio como Ben Sirac é capaz de gerar uma conclusão deste tipo:

“Muitos pecam por amor ao lucro.

Assim como entre uma pedra e outra da estrada há espaço para fincar uma estaca

assim entre a compra e a venda de um produto há espaço para o pecado” (Sr 27,1-2).

Ben Sirac, na sua observação dos mecanismos de mercado, conclui que o espaço do pecado é o espaço do lucro obtido pelo atravessador. Hoje qualquer economista colocaria as mãos para o céu, dizendo que Ben Sirac não entende nada de Economia. Ele seria um péssimo economista já que, sendo contra os lucros, é a favor dos prejuízos. Ben Sirac diria em sua defesa que o lucro é o mecanismo que gera a pobreza na sua época.

Há um outro ponto que quero destacar. Durante este período em que Judá é uma colônia, temos o fenômeno da bitributação. As aldeias devem arrecadar os dízimos para sustentar Templo e a classe sacerdotal dentro do antigo sistema tributário. No entanto, agora é necessário arrecadar também para o pagamento dos tributos devidos aos diferentes impérios. Os sábios percebem este duplo mecanismo. Atacando a Teologia da Retribuição, que sustenta o sistema do Templo, eles resolvem apenas parte do problema. Aos poucos vão percebendo que o sistema mercantil internacional controlado pelo Império é causador de uma pobreza como nunca vista antes. Eles denunciam estes sistemas que estão levando cada vez mais a uma inversão da produção. Já não se produz mais para viver mas para pagar dízimos e impostos e ainda assim morrer de fome (Ne 5,4). A reflexão revelando os mecanismos internacionais causadores da pobreza só aparecerá claramente na Literatura Apocalíptica, onde os diferentes impérios são descritos como feras famintas, sanguinárias e violentas (cf. Dn 7).

O ITINERÁRIO DO POBRE (Jó 23-24)

Jó 23-24 formam o oitavo poema de Jó respondendo aos seus amigos questionadores. Podemos distinguir algumas pequenas unidades neste discurso:

Jó 23,2-9 Onde está Deus?

Jó 23,10-17 Os caminhos de Deus

Jó 24,1-11 O caminho dos pobres

Jó 24,12-18 Os caminhos dos ímpios

Jó 24,19-25 A justiça de Deus

Estes dois capítulos do livro de Jó retratam a situação dos camponeses de Judá depois de um século de dominação persa. Neste discurso o sábio descreve a realidade denunciando o sistema que rouba aos pobres as mínimas possibilidades de vida. Os agentes deste roubo são aqueles que o texto chama de “ímpios” ou de “malvados” (Jó 24,2). A maneira deste roubo acontecer é descrita brevemente em Jó 24,2: mudam os marcos que indicam as fronteiras entre as terras das aldeias. O início do processo é o “penhor” da terra, gerando os latifúndios (Ne 5,3). Com o roubo da terra os pobres começam sistematicamente a perder tudo o que têm. Mesmo a viúva e o órfão, os dois símbolos da pobreza na Bíblia, perdem o pouco que têm. Diante da máquina geradora de latifúndios nada sobrevive. Com o roubo da terra está associado o roubo dos rebanhos (Jó 24,3).

Para o sábio, o que está causando o empobrecimento é o sistema de dívidas. O penhor está levando terras e gado para as mãos de quem já tem mais do que o suficiente para viver. Que sistema é este que gradativamente vai empobrecendo os mais pobres e continuamente enriquece quem já é rico? Este sistema de penhor ou de dívidas era o mecanismo que gerava a pobreza na pequena província da Judéia (cf. Ne 5,1-13). Algumas aldeias já não conseguem o suficiente para alimentar a todos. É necessário pedir empréstimos para a compra de grãos para alimentação e o plantio. As terras penhoradas passam para as mãos dos credores (24,2), juntamente com o gado (24,2-3). Para pagar as dívidas, as pessoas vão entregando as terras juntando-se aos sem casa (24,8), sem roupas (24,7.10), colocando-se a serviço dos ricos, provavelmente em terras que eram suas (24,11), trabalhando para seu sustento diário (24,5).

Além disso, o Templo deve arrecadar produtos necessários para vender e conseguir os daricos de ouro, moeda oficial do Império, para o pagamento dos impostos exigidos pelo rei em cada satrapia (cf. Ne 5,4). Para facilitar as trocas os persas, depois do governo de Neemias, permitem que a província da Judéia fabrique suas próprias moedas de prata.

Há um agravante em tudo isto. Este sistema de arrecadação se faz a partir do Templo de Jerusalém, dentro da Teologia da Retribuição. Para este sistema, Deus, que mora no Templo, retribuirá com abundantes bênçãos aos que lhe oferecerem o sacrifício perfeito. Estas bênçãos são descendência, vida longa, boa saúde, bens e riquezas. Mas este sacrifício, para ser considerado perfeito, deve estar de acordo com as normas e prescrições do Levítico. Ele deve ser feito em

Jerusalém, por mãos de um sacerdote oficial de família sadoquita. Sem cumprir o ritual, Deus não aceitará o sacrifício e não retribuirá com as bênçãos. Ora, diante de um Deus assim, o que adianta gritar? Para quem gritar? Como denunciar? (23,2-9)

Este é o tema central de todo o livro de Jó. O longo diálogo entre Jó e os três sábios é uma contínua denúncia vinda pela boca de Jó contra o sistema de retribuição. Para o livro de Jó a defesa da vida está no grito rebelde do próprio pobre. Ao colocar toda esta denúncia na boca de Jó, o livro faz de Jó o símbolo dos que foram lesados pela Teologia da Retribuição e pela ganância do Império. Afinal, quando Jó fala ele já perdeu tudo. É um doente, pobre, nu, abandonado por todos, sem filhos e sem mulher. A figura de Jó é a própria denúncia. A denúncia de um rebelde que teima em não se curvar ao Deus apresentado pela Teologia oficial. Um Deus em nome do qual se promove a pobreza, simplesmente não é Deus!

SURGE O DINHEIRO (Ecl 4,17-6,3)

A reflexão seguinte é feita pelo Coélet. Agora estamos na época em que os macedônicos de Alexandria controlam a Judéia. O livro é assim o primeiro testemunho da comunidade da Judéia sob uma nova maneira de viver dentro de um império. Com as conquistas de Alexandre, o Oriente Médio passa a ser palco de uma fusão de duas culturas antagônicas. O sistema da pólis grega em fusão com o sistema dos grandes impérios orientais gera esta nova maneira de dominar chamada de *Helenismo*.

Os Ptolomeus no Egito dão o primeiro passo. Adotando o princípio egípcio de que “toda terra pertence ao Faraó” (Gn 47,20), o general Ptolomeu Lágida se faz coroar Faraó, adota o título de *Soter* indicando o processo de divinização do governante, o que não era um costume grego. Ele divide o país em várias pequenas unidades, chamadas *dioceses*. À frente de cada diocese ele coloca uma dupla administração. Há um *dioiketes*, responsável pela administração civil e um *strategós*, responsável pela guarnição militar. Este sistema de dioceses permite que através de uma única pólis, a capital Alexandria, os macedônicos controlem todo o Egito e a Palestina até a chegada dos romanos. O Egito torna-se uma província romana em 35 aC.

Na Judéia os Ptolomeus agem de maneira um pouco diferente. Talvez por ser um país de fronteira com a Síria, os macedônicos criam uma nova unidade administrativa. A Judéia constitui-se numa *etné*, uma unidade administrativa reunindo os judeus enquanto raça. À frente desta *etné* colocam o sumo sacerdote como *etnarca*. Ora, o sumo sacerdote concentra em suas mãos o poder religioso e econômico pelo controle que detém sobre o Templo. Agora, através do Sinédrio que surge por esta época, o sumo sacerdote assume também o poder político-administrativo dentro da *etné*. Esta reunião de poderes mostrará seu lado negativo quando surgirem as disputas pelo cargo de sumo sacerdote já no governo dos antioquenos.

A novidade trazida pelos macedônicos é a visibilidade do lucro através da popularização das moedas, do dinheiro circulante. O dinheiro vai fazer com que aos poucos acabe o escambo, a troca de mercadorias em espécie, pelo comércio monetarizado. As aldeias dentro da *etné* continuavam trazendo para o Templo os

produtos dentro do esquema religioso do Levítico e do Deuteronômio. Mas o Templo, para conseguir lucros, deve estar atrelado ao comércio internacional dominado por Alexandria. Vende os produtos e parte do dinheiro paga os impostos e taxas cobrados pelos Ptolomeus. A classe sacerdotal enriquece muito e logo estará totalmente cega pelos encantos e riquezas trazidos pelos gregos. Logo estarão querendo entrar para o Primeiro Mundo!

A análise feita pelo Coélet parte deste princípio. O que fazer ao ir à Casa de Deus? (4,17-5,1). Como o livro de Jó, ele começa criticando a Teologia da Retribuição. Aproximar-se para ouvir a Palavra em vez de fazer sacrifícios e lembrar que Deus está no céu são pontos importantes de crítica. Afinal os sacrifícios têm validade devido à certeza dada ao povo que Deus habita no Santo dos Santos. Da mesma maneira a crítica feita por ele às promessas feitas a Deus (5,3-5).

Em seguida o Coélet demonstra como funciona a estrutura administrativa do império. A realidade da pobreza, da miséria e da injustiça são frutos da administração centralizada, piramidal, que suga a produção da aldeia. O rei é tributário da agricultura. O que a aldeia planta vai sustentando toda uma estrutura que se resume em aldeia – cidade – templo – comércio – dinheiro – taxas e impostos – rei (cf. Ecl 5,7-8). O que move esta máquina é o “amor ao dinheiro” (5,9).

Assim, a ponte entre a aldeia e o rei é o dinheiro. O Coélet mostra que o dinheiro é fruto do trabalho. Mas o dinheiro também simboliza o lucro. Trabalhar para o lucro é a alma do sistema grego. Bem diferente do sistema antigo das aldeias em que se trabalhava para sobreviver. Por isso mesmo, o que adianta trabalhar se é um estrangeiro que vai se deliciar com os frutos deste trabalho (6,2)? De que vale tanta fadiga sob o sol (5,17)? Uma vida longa, uma das bênçãos prometidas pela Teologia da Retribuição, nada significa se a pessoa passar esta longa vida em trabalhos feitos para outros (6,3-6).

Coélet mostra o sistema grego invadindo as aldeias. As moedas, símbolo maior deste sistema, chegam aos cantões de toda a *etné* judaica. Não se trabalha mais para viver, mas para vender. A mercadoria circulando gera dinheiro. E “quem ama o dinheiro, nunca se fartará de dinheiro, do lucro e do luxo” (5,9). Para o Coélet, diante de um projeto assim tudo é vento, nada, inutilidade, ilusão, fugacidade passageira, ou como se queira traduzir *hebel*.

ADIFÍCIL ARTICULAÇÃO ENTRE CULTO, LEI E POBRE (Sr 34,18-35,18)

Jesus Ben Sirac é mais conhecido por suas posições conservadoras em relação às mulheres (Sr 25,13-26,18), às crianças (Sr 30,1-13) e aos escravos (Sr 33,25-33). No entanto, uma leitura de seus textos na ótica dos pobres nos revela um velho sábio com observações agudas e extremamente críticas sobre a dinâmica econômica da sociedade de seu tempo.

Ben Sirac revela-se uma pessoa extremamente incomodada com a injustiça social que se estabeleceu em Jerusalém depois da chegada dos gregos de Antioquia:

A cidade se submete aos aventureiros arrogantes que confiam em suas riquezas pensando “elas me bastam!” (Sr 5,1). Não querendo assistir passivamente à injustiça, Ben Sirac convoca: “Arranca a injustiça da mão do injusto. Não seas medroso no teu julgar. Não seas parcial em favor dos poderosos” (Sr 4,9.27).

O que está acontecendo? É que a Judéia está mudando de dono. Em 200 aC o rei Antíoco III vence Ptolomeu V e a Judéia passa para as mãos dos macedônicos de Antioquia. No entanto, em 198 aC, Antíoco III é derrotado por Roma, tendo que assinar a humilhante paz de Apaméia em 188 aC. Para Ben Sirac, “o poder passa de uma nação para a outra por causa das injustiças, da violência e da ambição” (Sr 10,8). Pelo tratado, Antíoco aceita que seu filho vá para Roma como refém enquanto ele tenta conseguir ouro para pagar as indenizações exigidas por Roma: 12 mil talentos de ouro em doze suaves prestações anuais. Acontece com a Judéia a pior coisa que pode acontecer a um país: ser colônia de uma colônia. Terá que pagar tudo triplicado. Os pagamentos devem sustentar sua própria elite, a metrópole e a metrópole de sua metrópole. É como aconteceu com os povos da América Latina durante a colonização. Tudo o que Espanha e Portugal arrecadaram nas colônias, acabou no bolso dos ingleses.

A necessidade de pagar Roma fará com que os reis selêucidas adotem duas políticas. Uma, mais de emergência, buscava arrecadar rapidamente dinheiro para pagar os romanos. Esta política resumia-se em saquear templos na Palestina e na Babilônia. Um destes saques custou a vida do próprio Antíoco III em 187 aC. Seu sucessor, Seleuco IV, herdando o trono e a dívida, manda seu ministro Heliodoro saquear o Templo de Jerusalém (2Mc 3,1-40) em 176 aC.

A segunda política, mais de longo prazo, foi a implantação sucessiva de uma helenização radical nas várias *etnés* que compunham o império. Entre elas, a Judéia. Esta política passou a ser implantada pelo segundo filho de Antíoco III a ocupar o trono. Depois do assassinato de Seleuco IV por seu ministro Heliodoro o trono cai nas mãos de Antíoco IV Epífanes, em 175 aC. Este rei trará a tempestade bem conhecida através dos livros de Daniel e dos Macabeus.

É dentro do período da relativa calma entre 198 e 175 aC que localizamos a obra de Jesus Ben Sirac de Jerusalém (Sr 50,27). Escriba formado pela “Escola” (Sr 51,23), ele foi testemunha das atividades do sumo sacerdote Simão II, que morreu em 196 aC. E como ele nada fala das políticas adotadas por Antíoco IV a partir de 175 aC, podemos concluir que seus escritos datam deste espaço de tempo mencionado acima. Sua obra foi redigida neste tempo difícil entre convivência e revolta. Preocupado com a elite sacerdotal enfeitada pela cultura grega, Ben Sirac busca preservar a tradição condenando a especulação filosófica (3,21-24) e a ambição desmesurada pelo lucro (5,1-8). Seu recado era claro: “Ai de vós, que perdestes a perseverança” (2,14).

Uma das preocupações de Ben Sirac é tentar articular os três eixos que regulam a vida de um piedoso israelita: o culto no Templo, a observância da Lei e

o Direito do pobre. Sua tentativa de articulação está no texto Sr 34,18-35,18. Podemos perceber bem os três eixos:

34,18-26 O Culto e o Direito do pobre

35,1-10 A Lei e o Culto

35,11-18 A Lei e o Direito do pobre

Assim, para Ben-Sirac, existem três maneiras de ler a sociedade de seu tempo. Há a possibilidade de ler a sociedade na perspectiva do culto, esquecendo ou relativizando a Lei e o Direito do pobre. É desta maneira que lê a elite sacerdotal e aristocrática, vivendo às custas do culto no Templo de Jerusalém e enriquecendo no comércio lucrativo das vítimas do sacrifício. Esta maneira de ver agrupa as pessoas no partido dos saduceus. Nesta época os saduceus controlam totalmente o Sinédrio.

Há quem leia a sociedade na perspectiva da Lei, relativizando ou esquecendo o Direito do pobre e a dimensão litúrgica e celebrativa do Culto. É desta maneira que entendemos os escribas e doutores da Lei, preocupados no seu trabalho catequético mesmo nas mais distantes aldeias, interferindo no cotidiano das pessoas, preocupados com a estrita observância dos mínimos detalhes da Lei. Desta maneira atam pesados fardos nas costas dos pobres, fardos que eles mesmos não querem levar. Esta maneira de ver agrupa as pessoas naquele grupo dos *Hassidim* (1Mc 2,42), que mais tarde formará o partido dos fariseus.

Enfim, há quem busque ler a sociedade a partir do pobre, relativizando ou denunciando o Culto e a Lei como instrumentos de dominação ou de marginalização. Ler a sociedade na perspectiva do pobre é entender tudo o que Ben Sirac denuncia sobre a pobreza (cf. Sr 7,32-36; 13,1-26; 29,8-13). É entender os gestos e a prática de um outro Jesus, o profeta de Nazaré da Galiléia, retomando a profecia nas palavras de Oséias: Quero misericórdia e não sacrifícios! (Mt 9,13; Os 6,6).



A tentativa de articulação feita por Jesus Ben Sirac revela seu lugar social. Ele é alguém que tenta salvar o conjunto social integrando as partes em conflito. Sendo um escriba, e na época em que os escribas ainda estão fora do aparelho administrativo da Judéia, ele apresenta uma proposta social conciliadora reunindo num mesmo projeto a aristocracia sacerdotal, os escribas e o povo. Talvez, dentro do conflito latente entre aristocracia helenizada e o povo pobre, mas ainda com seus direitos dentro do antigo sistema tributário, este fosse um caminho

possível de conciliação, já que a aristocracia sacerdotal, em nome da Lei, deveria abandonar seu projeto de helenização. Sabemos pela história que seguiu que isto não aconteceu. O projeto de helenização desencadeado por Antíoco IV só foi possível pela corrupção e ambição da aristocracia sacerdotal disputando a peso de ouro o cargo de sumo sacerdote.

É aqui que percebemos a grande diferença entre o projeto de Jesus Ben Sirac e o do outro Jesus, o de Nazaré da Galiléia. Jesus de Nazaré percebeu que o grande peso sobre o povo vinha do Templo sustentado pela Teologia da Retribuição. E a aliança entre aristocracia sacerdotal comandada pela família de Anás e os romanos fica clara na palavra de Caifás ao dizer que “é melhor que este homem morra!” A palavra de Jesus de Nazaré sobre o Templo foi fatal para ele, que acabou crucificado. Parece que Jesus Ben Sirac morreu na cama, sereno e avançado em anos. Jesus de Nazaré correu todos os riscos ao ler a sociedade de seu tempo a partir dos pobres.

CONCLUINDO

Hoje, mais do que nunca, são necessárias as aves de mau agouro. São aquelas e aqueles que ampliam o grito do pobre contra a falácia neoliberal que assola os caminhos da América. Gritar em defesa da vida é ridicularizar aqueles que estão completamente enfeitados pelo discurso teológico da onipotência e da onisciência do Mercado. Como pode haver vida dentro de um plano que concentra a riqueza deixando um rastro de desemprego, pobreza, marginalização e miséria? Gritar sempre, mesmo correndo o risco de ser taxado de retrógrado, dinossauro, arauto da fracassomania etc.

A palavra de Deus, uma vez enviada, não retorna a Ele sem antes produzir frutos (cf. Is 55,10-11). Quando, na época da Conquista, Bartolomeu de Las Casas leu esta passagem de Ben Sirac, transformou-se. De um clérigo comprometido com o massacre converteu-se no defensor dos indígenas. Depois disto, tornou-se Bispo de Chiapas. O grito dos indígenas de Chiapas, articulados num movimento guerrilheiro diferente, buscando não a tomada do poder pela guerrilha, mas que se faça a justa distribuição de terras, que se democratizem as relações dentro do Estado, que haja dignidade para todos, mostra mais uma vez que o grito do pobre que estraga a festa dos ricos é o maior testemunho da presença de Deus no meio de nós.

BIBLIOGRAFIA

Grande parte destas reflexões foram feitas em cursos bíblicos no Centro Bíblico Verbo, em São Paulo.

Outro livros consultados:

PAUL, André. *O Judaísmo Tardio – História Política*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1983.

JEREMIAS, Joaquim. *Jerusalém no tempo de Jesus*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1983.

CAZELLES, Henri. *História Política de Israel*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1986.

PEREIRA, Ney B. *Sirácida ou Eclesiástico*. Vozes – Sinodal – Imprensa Metodista, 1992.

CRB, *Sabedoria e Poesia do Povo de Deus*. “Tua Palavra é Vida” – vol. 4. CRB – Loyola, 1993.

Francisco Orofino
Castelo Branco 313/12
26525-120 Nilópolis – RJ

CONCLINDO

Hoje mais do que nunca, são necessárias as ações de meu agente, São aquelas e aquelas que ampliam o grito do pobre contra a taláxia neoliberal que assola os canchais da América. Gritar em defesa da vida é ridicularizar aqueles que estão completamente entretidos pelo discurso tecnocrático da onipotência e da onisciência do Mercado. Como pode haver vida dentro de um plano que concentra a riqueza deixando um rasto de desamparo, pobreza, marginalização e miséria? Gritar sempre, mesmo correndo o risco de ser taxado de retrógrado, dinossaurio, atardo da tecnocracia etc.

A palavra de Deus, uma vez enviada, não retorna a Ele sem antes produzir frutos (cf. Is 55,10-11). Quando, na época da Condição, Bartolomeu de Las Casas viu esta passagem de Ben Sirac, transformou-se. De um clérigo comprometido com o massacre converteu-se no defensor dos indígenas. Depois disso, tornou-se Bispo de Chiapas. O grito dos indígenas de Chiapas, articulados num movimento guerrilheiro diferente, buscando não a tomada do poder pela guerrilha, mas que se faça a justa distribuição de terras, que se demonstrem as relações dentro do Estado, que haja dignidade para todos, mostra mais uma vez que o grito do pobre que estraga a festa dos ricos é o maior testemunho da presença de Deus no meio de nós.

BIBLIOGRAFIA

Grande parte destas reflexões foram feitas em cursos bíblicos no Centro Bíblico Verbo, em São Paulo.

Outros livros consultados:

PAUL, André. *O Judaísmo Torâmico – História Política*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1983.